



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

Documentos de Prestação de Contas
Ano de 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO

CÓDIGO POCAL

13

TRIBUNAL DE CONTAS

28

Documento
Nº. 2

RELATÓRIO DE GESTÃO

I - Preâmbulo

No cumprimento da alínea i) do n.º 1, do art. 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como do n.º 1 do art.º 76 da Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), o Executivo Municipal vem apresentar os documentos de Prestação de Contas do Município da Golegã, referente ao ano económico de 2017.

As disposições legais, citadas anteriormente, dispõem que os documentos de prestação de contas, após serem aprovados em reunião da Câmara Municipal, devem ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal na Sessão Ordinária do mês de abril do ano seguinte àquele a que respeita, conforme determina a alínea l) do n.º. 2 do art.º. 25º. da citada Lei n.º. 75/2013.

As contas do Município serão remetidas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 de Abril, independentemente da sua aprovação pela Assembleia Municipal.

Os documentos de prestação de contas foram elaborados e organizados, respeitando as regras estabelecidas no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54- A/99, de 22 de Fevereiro, bem como as instruções do Tribunal de Contas n.º. 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º. 4/2001 – 2ª. Secção, alterada pela Resolução n.º. 6/2013 – 2ª. Secção, e pela Resolução n.º. 2/2014, de 27 de novembro, bem como nos termos do art.º. 51º., alínea m) e 52º. da Lei n.º. 98/97, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º. 20/2015, de 9 de março.

Conforme dispõem os diplomas, anteriormente referidos, apresentam-se num único volume os mapas e os anexos evidenciados no índice.

O ponto 2 das considerações técnicas do POCAL determina que a prestação de contas seja composta pelos seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Antes ainda de nos debruçarmos sobre a análise das diversas informações e documentos relativos ao exercício de 2017, importa evidenciar que o ano transato se caracterizou por ser, extremamente difícil, no que à gestão diz respeito, considerando que foram encerrados, física e financeiramente, um conjunto de projectos do anterior Quadro Comunitário – QREN, por parte da Câmara Municipal da Golegã, com implicações directas ao nível da tesouraria e ao prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP), uma vez que o endividamento total do Município apenas aumentou porque a Prestação de Contas de 2017 incorpora, e bem, ao contrário de outros municípios, o contributo da Golegã para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), num montante de aproximadamente 275.000,00 euros, que constitui dívida a terceiros, no caso concreto, ao Estado que o instituiu.

De acordo com as orientações técnicas do POCAL, a Prestação de Contas integra um conjunto de documentos, já referidos anteriormente, nomeadamente a Demonstração de Resultados que reproduz informação de todo o período do ano económico de 2017 ao nível dos resultados operacionais, financeiros, correntes e o resultado líquido do exercício, como verificaremos adiante na análise à Situação Económica.

Relativamente ao campo inferior da Demonstração de Resultados, ou seja, aos Proveitos e Ganhos, o que constatámos uma diminuição dos mesmos, influenciada pelas transferências provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro e Fundo Social Municipal).

O Relatório de Gestão tem como finalidade complementar disponibilizar de uma forma sintética e clara, um conjunto de elementos e de informações para uma melhor análise da situação económica e financeira do Município.

De acordo com o ponto 13 do POCAL, analisaremos de seguida as informações referentes ao exercício de 2017, da forma que se evidencia:

- a) - A situação económica
- b) - Indicadores da situação financeira
- c) - Evolução das dívidas nos últimos anos, de curto, médio e longo prazo a terceiros
- d) - Contabilidade de Custos
- e) - Prazo Médio de Pagamentos
- f) - Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício
- g) - Factos Relevantes ocorridos após o termo do Exercício

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Orçamento

Os documentos previsionais foram elaborados no respeito pelos princípios contabilísticos, Orçamentais e das regras previsionais previstas no POCAL.

O Orçamento de 2017, elaborado num contexto, particularmente difícil e, fortemente condicionado, por diversos fatores alheios ao atual Executivo, dos quais destacamos: A restrição financeira orçamental decorrente da enorme dimensão da dívida e dos compromissos existentes a 31/12/2014: a dívida total situando-se nos 3.842.725,84€.

O desequilíbrio económico estrutural do Município, resultante dos valores negativos dos diferentes resultados dos exercícios económicos de anos anteriores. No ano de 2013 os resultados líquidos de – 72.742,53€ e no ano de 2014 de -327.338,38€. Em 2015, o cenário inverteu, passando os resultados líquidos do exercício, para valores positivos na ordem dos 172.848,03€, 25.957,83€ e 23.294,67€ em 2017.

	2013	2014	2015	2016	2017
Resultado Líquido do Exercício	-72.742,53	-327.338,38	172.848,03	25.957,83	23.294,67

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017 previa os fluxos financeiros de entradas e saídas no ano em causa, quer resultantes dos compromissos e dívidas do Município existentes no final de 2016 e respetivos pagamentos, quer de novas ações e investimentos propostos, no total de 8.416.575,00€, conforme tabelas resumo das dotações iniciais.

Receitas Municipais 2017		
Designação	Dotação	%
01. Imposto Diretos	928.700,00	11,03%
02. Impostos Indiretos	32.200,00	0,38%
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	461.200,00	5,48%
05. Rendimentos de Propriedade	100,00	0,00%
06. Transferências Correntes	3.618.393,00	42,99%
07. Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.102.600,00	13,10%
08. Outras Receitas Correntes	5.200,00	0,06%
Total das Receitas Correntes	6.148.393,00	73,05%
09. Venda de Bens de Investimento	20.100,00	0,24%
10. Transferência de Capital	2.243.082,00	26,65%
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	5.000,00	0,06%
Total das Receitas de Capital	2.268.182,00	26,95%
Total da Receita	8.416.575,00	100,00%

Despesas Municipais 2017		
Designação	Dotação	%
01. Despesas com Pessoal	2.281.100,00	27,10%
02. Aquisição de Bens e Serviços	2.631.240,00	31,26%
03. Juros e outros encargos	44.779,00	0,53%
04. Transferências Correntes	428.830,00	5,10%
05. Subsídios	102.760,00	1,22%
06. Outras Despesas Correntes	30.000,00	0,36%
Total das Despesas Correntes	5.518.709,00	65,57%
07. Aquisição de Bens de Capital	2.694.405,00	32,01%
08. Transferências de Capital	41.960,00	0,50%
09. Activos Financeiros	39.300,00	0,47%
10. Passivos Financeiros	122.201,00	1,45%
Total das Despesas de Capital	2.897.866,00	34,43%
Total da Despesa	8.416.575,00	100,00%

II – SITUAÇÃO ECONÓMICA

De harmonia com o previsto no n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente relatório de gestão relativo ao ano de 2017, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do município, bem como, relativamente à sua situação económica e financeira.

No ano de 2017 registaram-se os seguintes valores de execução a nível orçamental:

<u>Descrição</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
<i>Correntes</i>	5.471.977,86 €	5.149.951,96 €
<i>Capital</i>	1.092.466,23 €	1.357.744,89 €
<i>Outras</i>	374,69 €	-
Total	6.564.818,78 €	6.507.696,85 €

-	<u>Valores</u>	<u>Valores</u>
Diferença entre Receitas e Despesas Correntes		322.025,90 €
Diferença entre Receitas e Despesas de Capital		-265.278,66 €
Diferença parcial (correntes e capital)		56.747,24 €
Outras Receitas		374,69 €
Diferença Total		57.121,93 €
Saldo em dinheiro transitado do Exercício de 2016		30.939,38 €
Saldo do Exercício de 2017		88.061,31 €

Verificou-se que as receitas correntes foram superiores em 322.025,90 euros em relação às despesas correntes, cumprindo-se o princípio do Equilíbrio Orçamental previsto na alínea e) do ponto 3.1.1. do POCAL.

Quanto aos movimentos de capital, as despesas foram superiores às receitas em 265.278,66 euros, verificando-se que a poupança corrente foi absorvida para fazer face às despesas de investimento.

Do diferencial positivo de 56.747,24 euros somado ao valor de 374,69 euros referente a outras receitas resulta assim um valor positivo de 88.061,31 euros.

Em relação à receita total, o grau de execução no ano de 2017 foi de 71,10%, percentagem inferior à verificada no ano de 2015 (82,75%) e 2016 (85,96%). No que se refere às receitas correntes o grau de execução foi de 88,99%.

A execução da Receita de Capital está, fortemente condicionada por fatores externos e de contexto económico, atingindo um valor de 35,33%.

Ainda no âmbito da receita e com implicações na satisfação de compromissos na despesa, de referir o aumento verificado nas transferências do Orçamento do Estado nos últimos anos.

A despesa total teve um grau de execução de 70,15% em relação às previsões corrigidas, valor abaixo ao verificado no ano de 2016 (85,55%) 2015 (82,55%). Nas despesas correntes a execução foi de 79,08%.

A despesa corrente no ano de 2017 diminuiu e foi inferior em 268.910,56 euros à registada no ano de 2016. Dos 5.149.951,96 euros realizados, 2.398.060,98 euros referem-se à aquisição de bens e serviços, representando cerca de 47% deste tipo de despesa e o pagamento de encargos com o pessoal, representando cerca de 39,41% em relação ao total geral da despesa.

O peso das despesas de capital aumentou em cerca de 28,81% em relação ao ano de 2016, motivado pelo aumento de 361.261,04 euros do investimento realizado (aquisição de bens de capital).

Por conseguinte, o total da despesa realizada teve um aumento de 34.786,34 euros, equivalente a 0,54%

Para melhor leitura, seguidamente apresentamos os mapas das receitas e despesas:

ESTRUTURA NAS DESPESAS E RECEITAS ORÇAMENTAIS:

Em termos específicos verificaram-se os seguintes valores:

DESPESA ORÇAMENTAL:

DESCRIÇÃO	Ano de 2017		Ano de 2016		Variação de 2016 para 2017	
	Valor	Peso da Rubrica	Valor	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Pessoal	2.135.572,33	32,82%	2.145.267,11	33,14%	-9.694,78	-0,45%
02 – Aquisição de bens e serviços	2.398.060,98	36,85%	2.681.823,98	41,43%	-283.763,00	-10,58%
03 – Juros e outros encargos	36.680,58	0,56%	38.607,43	0,60%	-1.926,85	-4,99%
04 – Transferências correntes	455.899,10	7,01%	401.257,86	6,20%	54.641,24	13,62%
05 – Subsídios	103.098,11	1,58%	100.055,66	1,55%	3.042,45	3,04%
06 – Outras despesas correntes	20.640,86	0,32%	51.850,48	0,80%	-31.209,62	-60,19%
SOMA DESPESAS CORRENTES	5.149.951,96	79,14%	5.418.862,52	83,72%	-268.910,56	-4,96%
07 – Aquisição de bens de capital	785.577,32	12,07%	424.316,28	6,56%	361.261,04	85,14%
08 – Transferências de capital	28.700,00	0,44%	55.769,05	0,86%	-27.069,05	-48,54%
09 – Ativos financeiros	39.186,00	0,60%	69.884,10	1,08%	-30.698,10	-43,93%
10 – Passivos financeiros	504.281,57	7,75%	504.078,56	7,79%	203,01	0,04%
SOMA DESPESAS DE CAPITAL	1.357.744,89	20,86%	1.054.047,99	16,28%	303.696,90	28,81%
TOTAL GERAL	6.507.696,85	100,00%	6.472.910,51	100,00%	34.786,34	0,54%

RECEITA ORÇAMENTAL:

DESCRIÇÃO	Ano de 2017		Ano de 2016		Variação de 2016 para 2017	
	Valor	Peso da Rubrica	Valor	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Impostos diretos	935.040,96	14,18%	881.148,43	13,55%	53.892,53	6,12%
02 – Impostos indiretos	25.328,19	0,38%	18.674,85	0,29%	6.653,34	35,63%
04 – Taxas, multas e outras penalidades	489.951,03	7,43%	420.214,73	6,46%	69.736,30	16,60%
05 – Rendimentos de propriedade	10,84	0,00%	21,91	0,00%	-11,07	-50,52%
06 – Transferências correntes	3.221.867,09	48,85%	3.326.661,17	51,15%	-104.794,08	-3,15%
07 – Venda de bens e serviços correntes	781.776,34	11,85%	891.535,80	13,71%	-109.759,46	-12,31%
08 – Outras receitas correntes	18.003,41	0,27%	11.348,09	0,17%	6.655,32	58,65%
	5.471.977,86	82,96%	5.549.604,98	85,33%	-77.627,12	-1,40%
09 – Venda de bens de investimento	125.000,00	1,90%	0,00	0,00%	125.000,00	100,00%
10 – Transferências de capital	446.593,83	6,77%	333.492,75	5,13%	113.101,08	33,91%
12 – Passivos financeiros	520.872,40	7,90%	599.903,59	9,22%	-79.031,19	-13,17%
	1.092.466,23	16,56%	933.396,34	14,35%	159.069,89	17,04%
OUTRAS RECEITAS	31.314,07	0,47%	20.848,57	0,32%	10.465,50	50,20%
TOTAL GERAL	6.595.758,16	100,00%	6.503.849,89	100,00%	91.908,27	1,41%

De seguida, apresentamos o mapa resumo da execução das GOP – Grandes Opções do Plano referente ao montante previsto e executado no ano de 2017. Nos mapas anexos a estes Documentos de Prestação de Contas encontram-se os mapas com os valores referidos por ações.

De referir que nestes mapas anexos, bem como no mapa resumo, as funções encontram-se distribuídas no PPI – Plano Plurianual de Investimentos e AMR – Atividades Mais Relevantes. A soma destes dois documentos constitui as GOP – Grandes Opções do Plano.

A maior parte das funções engloba despesas nas AMR e no PPI, embora a nível de Projetos/Ações este tipo de despesas têm que ser, devidamente separadas, mediante a respetiva classificação orçamental, fazendo parte do PPI todas as classificações económicas 07 (Aquisição de bens de capital) e das AMR, todas as restantes classificações económicas, independentemente de serem correntes ou de capital.

De referir ainda que nestes mapas poderão ser analisadas todas as ações de uma forma global, tendo em consideração o ano de 2017, bem como os anos seguintes a nível de previsão e a nível dos montantes executados a referência a anos anteriores e ao ano de 2017, apresentando os mapas dois graus de execução tanto a nível anual como a nível global.

Funções	GOP			PPI			AMR		
	Previsto (Corrigido)	Pago	Taxa Execução	Previsto (Corrigido)	Pago	Taxa Execução	Previsto (Corrigido)	Pago	Taxa Execução
Funções Gerais:									
- Serviços Gerais de Administração Pública	436.649,38	214.196,60	49,05%	434.649,38	214.036,60	49,24%	2.000,00	160,00	8,00%
- Segurança, Prevenção e Proteção Civil	65.420,00	65.164,04	99,61%	0,00	0,00	0,00%	65.420,00	65.164,04	99,61%
- Higiene e Segurança Alimentar	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Funções Sociais:									
- Educação	199.110,00	132.233,46	66,41%	56.120,00	28.065,31	50,01%	142.990,00	104.168,15	72,85%
- Saúde e Ação Social	136.160,00	120.228,93	88,30%	24.100,00	11931,00	49,51%	112.060,00	108.297,93	96,64%
- Habitação	64.800,00	46.054,22	71,07%	53.400,00	36.052,02	67,51%	11400,00	10.002,20	87,74%
- Ordenamento do Território	6.723,00	0,00	0,00%	6.523,00	0,00	0,00%	200,00	0,00	0,00%
- Abastecimento de água e saneamento	112.097,00	55.002,86	49,07%	100.047,00	50.667,67	50,64%	12.050,00	4.335,19	35,98%
- Mais Cidadania e participação Cívica	70.174,00	3.736,29	5,32%	68.024,00	3.006,29	4,42%	2.150,00	730,00	33,95%
- Resíduos sólidos e higiene pública	250.850,00	203.727,70	81,21%	7.250,00	787,20	10,86%	243.600,00	202.940,50	83,31%
- Proteção do meio ambiente- Conservação da natureza	2.991.096,00	318.918,60	10,50%	2.948.726,00	296.655,23	10,06%	42.370,00	17.263,37	40,74%
- Cultura e juventude	943.812,79	111.188,12	11,78%	803.282,79	34.902,19	4,34%	140.530,00	76.285,93	54,28%
- Desporto, recreio e lazer	187.275,00	138.811,68	74,12%	93.975,00	49.885,68	53,08%	93.300,00	88.926,00	95,31%
Funções Económicas:									
- Comércio e iniciativas de apoio empresarial	300,00	0,00	0,00%	200,00	0,00	0,00%	100,00	0,00	0,00%
- Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	8.300,00	8.295,16	99,94%	4.300,00	4.295,16	99,89%	4.000,00	4.000,00	100,00%
- Indústria e energia	265.119,00	7.421,59	2,80%	257.069,00	2.943,77	1,15%	8.050,00	4.477,82	55,63%
- Transportes e comunicações	152.025,00	38.670,39	25,44%	151.925,00	38.670,39	25,45%	100,00	0,00	0,00%
- Turismo - Desenvolvimento e promoção	403.325,00	173.456,72	43,01%	72.035,00	13.678,81	18,99%	331.290,00	159.777,91	48,23%
Outras Funções:									
- Transferências entre administrações	364.260,00	198.333,22	54,45%	0,00	0,00	0,00%	364.260,00	198.333,22	54,45%
TOTAL GERAL	6.657.496,17	1.830.439,58	27,49%	5.081.626,17	785.577,32	15,46%	1.575.870,00	1.044.862,26	66,30%

Após análise deste mapa, constata-se que as áreas de atuação da Autarquia continuam a ser as mais diversas e a canalização dos recursos é feita de uma forma racional, responsável e criteriosa.

Neste mapa resumo refere que a execução do ano de 2017 foi de 27,49%, no entanto, em termos globais a execução foi de 49,65%.

No que se refere ao documento PPI (Plano Plurianual de Investimentos), diretamente ligado aos bens de investimento do orçamento, verificou-se uma execução anual de

15,46%, valor abaixo do verificado no final do ano de 2016 (55,13%). Destacando-se as seguintes ações:

Designação do Projeto/Ação		Valores
2016/10-2	Reserva Natural do Paúl do Boquilobo - PORTUGAL 2020 - Património Natural - Execução da Obra	85.015,95 €
2014/30-4	Transportes - Aquisição de viaturas e equipamentos de transporte	70.510,00 €
2014/30-5	Transportes - Aquisição de um trator	40.584,69 €
2014/150	Habitação - Reparação e Reabilitação de habitações Municipais	36.052,02 €
2014/540	Conservação, beneficiação e reabilitação dos complexos e instalações desportivas e recreativas	22.415,40 €
2014/20-2	Serviços Gerais do Município - Software informático	22.297,69 €

Estes investimentos representaram cerca de 5,45% do total do PPI.

Para além do investimento realizado, o Município levou a cabo as AMR – Atividades Mais Relevantes que complementam as GOP – Grandes Opções do Plano.

No ano de 2017 as AMR tiveram um montante executado de 1.044862.26 euros que adicionado ao valor do PPI, resulta um total nas GOP de 1.830.439,58 euros.

Em termos de valores nas AMR há a destacar as seguintes ações:

Designação do Projeto/Ação		Valores
2014/300	Resíduos Sólidos e Higiene Pública - RSU-Aterro Sanitário - Resitejo	202.940,50 €
2014/740	Transferências para as juntas de freguesia do concelho - financiamento de despesas correntes e delegação de	121.459,78 €
2014/550	Transferências para associações e entidades culturais - despesas correntes	65.376,00 €
2014/40-1	Transferências para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Golegã	65.164,04 €
2014/95-2	Mais natalidade- Programas de apoio à natalidade - transferências	64.999,10 €
2014/80-1/1	Serviços Auxiliares de Ensino - Transportes escolares	56.592,85 €

Para além dos investimentos, anteriormente referidos, houve outros no que respeita à conservação e reabilitação de estruturas e aquisição de equipamentos para as

diversas áreas de atuação do Município que afetaram, essencialmente as despesas de funcionamento.

ESTRUTURA DO INVESTIMENTO – ACTIVO BRUTO – IMOBILIZADO

DESIGNAÇÃO		Ano de 2017		Ano de 2016		Variação	
		Valores	%	Valores	%	Valor	%
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO							
453	Outras construções e infra-estruturas	98.140,94	0,22%	98.140,94	0,23%	0,00	0,00%
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	91.414,39	0,20%	76.577,28	0,18%	14.837,11	19,38%
459	Outros bens do domínio público	6.583.764,35	14,74%	6.568.416,43	15,11%	15.347,92	0,23%
445	Imobilizações em curso	9.200,00	0,02%	9.200,00	0,02%	0,00	0,00%
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS							
431	Despesas de Instalação	217.268,95	0,49%	196.757,75	0,45%	20.511,20	10,42%
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	50.523,54	0,11%	50.523,54	0,12%	0,00	0,00%
433	Propriedade industrial e outros direitos	2.934,28	0,01%	2.934,28	0,01%	0,00	0,00%
443	Imobilizações em curso	56.643,71	0,13%	56.643,71	0,13%	0,00	0,00%
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS							
421	Terrenos e recursos naturais	2.624.329,46	5,87%	2.600.575,71	5,98%	23.753,75	0,91%
422	Edifícios e outras construções	26.977.252,62	60,38%	26.614.700,38	61,23%	362.552,24	1,36%
423	Equipamento básico	2.696.798,41	6,04%	2.526.270,46	5,81%	170.527,95	6,75%
424	Equipamento de transporte	531.883,18	1,19%	453.795,18	1,04%	78.088,00	17,21%
425	Ferramentas e utensílios	238.246,95	0,53%	229.788,72	0,53%	8.458,23	3,68%
426	Equipamento administrativo	1.050.626,93	2,35%	1.045.863,76	2,41%	4.763,17	0,46%
429	Outras imobilizações corpóreas	2.186.918,16	4,89%	2.144.613,68	4,93%	42.304,48	1,97%
442	Imobilizações em curso	699.448,18	1,57%	167.191,93	0,38%	532.256,25	318,35%
448	Adiantamentos por conta de imob. Corpóreas	1.120,00	0,00%	1.120,00	0,00%	0,00	0,00%
INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
411	Partes de capital	288.905,00	0,65%	349.961,83	0,81%	-61.056,83	-17,45%
412	Obrigações e títulos de participação	274.301,06	0,61%	274.301,06	0,63%	0,00	100,00%
TOTAL		44.679.720,11	100,00%	43.467.376,64	100,00%	1.212.343,47	2,79%

Na análise à estrutura do imobilizado da Câmara Municipal da Golegã, verificou-se um aumento global de 1.212.343,47 euros, em relação ao ano de 2016, correspondendo a uma variação positiva de mais 2,79%.

A rubrica com maior peso no total da estrutura do imobilizado é a 422 – Edifícios e Outras Construções, representando cerca de 60,38% (26.977.252,62 euros).

No ano de 2017, a conta 442 – Imobilizações em Curso teve uma variação positiva de 318,35% (532.256,25€ euros), relativamente ao ano anterior, tendo contribuído para este aumento as seguintes obras que se encontram em curso: Reabilitação das

Margens da Lagoa da Alverca do Campo, Rua de Santo António no Pombalinho, a Reparação do estúdio Carlos Relvas e a Requalificação, Reabilitação e Conservação da Reserva Natural do Paul do Boquilobo.

A rubrica 424 – Equipamento de Transporte teve uma variação positiva de 17,21% (78.088,00 euros), que corresponde à aquisição da viatura de transporte de passageiros.

Seguindo-se a rubrica 45.5 – Bens do Património histórico, artístico e cultural com uma variação positiva de 19,38% (14.837,11 euros), destacando-se a aquisição da Escultura de Santo Isidro – Padroeiro dos Lavradores.

Do diferencial negativo de 61.056,83 euros, referente à rubrica 41.1 – Partes de capital, destaca-se o abate ao inventário da participação de 39.903,83 euros, referente ao Matadouro Regional de Tomar, processo de insolvência n.º 472/11.8TBTMR, de 09 de maio de 2011 e, a dissolução da LT- Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, no montante de 21.153,00 euros.

CUSTOS E PROVEITOS

CUSTOS

O peso percentual e sectorial da estrutura de custos no exercício de 2017 é o seguinte, em comparação com o ano de 2016:

Designação	Ano de 2017		Ano de 2016		Variação		
	Valores	%	Valores	%	Valor	%	
61	Custo das matérias consumidas	176.328,78	2,83%	169.238,17	2,77%	7.090,61	+4,19%
62	Fornecimentos e serviços externos	2.178.967,05	34,92%	2.241.963,48	36,64%	-62.996,43	-2,81%
64	Custos com pessoal	2.131.742,07	34,17%	2.105.814,43	34,41%	25.927,64	+1,23%
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	219,87	0,00%	0,00	0,00%	219,87	—
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	566.803,78	9,08%	501.560,74	8,20%	65.243,04	+13,01%
66+67	Amortizações e provisões do exercício	1.027.864,74	16,47%	972.640,83	15,89%	55.223,91	+5,68%
68	Custos e perdas financeiras	38.434,99	0,62%	33.675,95	0,55%	4.759,04	+14,13%
69	Custos e perdas extraordinárias	95.671,35	1,53%	68.759,84	1,12%	26.911,51	+39,14%
88	Resultado Líquido do Exercício	23.294,67	0,37%	25.957,83	0,42%	-2.663,16	-10,26%
TOTALS		6.239.327,30	100,00%	6.119.611,27	100,00%	122.379,19	+2,00%

Os custos aumentaram em relação ao ano de 2016, cerca de 122 mil euros, representando um acréscimo de 2,00%.

A principal rubrica que contribuiu para este cenário, foi a rubrica de Transferências e Subsídios Correntes concedidos e prestações sociais, com uma variação positiva de 13,01% (65 mil euros).

Seguindo-se a rubrica dos Custos com Pessoal, que representa cerca de 34,17% desta estrutura, a qual teve um ligeiro aumento em comparação com o ano anterior, de 1,23% (26 mil euros) devido à regularização das auxiliares de ação educativa, as quais se encontravam em Contrato de Prestação de Serviços, contribuindo este cenário, para a diminuição da rubrica 62 – Fornecimentos e Serviços Externos, em cerca de 2,81% (63 mil euros).

Os Custos e Perdas Extraordinárias tiveram uma variação positiva de 39,14% (26 mil euros), contribuindo a rubrica 6945 – Abate no Inventário do Matadouro Regional de Tomar e rubrica 6948 – Outras com a dissolução da LT- Sociedade de Reabilitação Urbana, EM.

Seguindo-se os Custos e Perdas Financeiras tiveram uma variação positiva de 14,13%, sendo a rubrica dos juros de mora a principal rubrica que, contribuiu para o aumento dos custos em 2017, face a 2016.

O peso das amortizações e provisões do exercício, decorrente do cumprimento do POCAL, relativamente aos custos com o património, ascendeu a mais de 1.028 mil euros, valor acima do registado no ano de 2016, devido ao valor considerável da obra das Margens do Rio Almonda, já se encontrar contemplada no Imobilizado corpóreo e a ser amortizada em 2017.

PROVEITOS

Designação	Ano de 2017		Ano de 2016		Variação	
	Valores	%	Valores	%	Valor	%
71 Venda e prestações de serviços	757.633,53	12,14%	778.291,92	12,72%	-20.658,39	-2,65%
72 Impostos e taxas	1.414.793,83	22,68%	1.424.495,77	23,28%	-9.701,94	-0,68%
73 Proveitos suplementares	0,00	0,00%	11.843,17	0,19%	-11.843,17	—
74 Transferências e subsídios obtidos	3.636.681,39	58,29%	3.591.240,77	58,68%	45.440,62	+1,27%
76 Outros proveitos e ganhos	34,00	0,00%	11.348,09	0,19%	-11.314,09	-99,70%
78 Proveitos e ganhos financeiros	21.558,50	0,35%	21,91	0,00%	21.536,59	98295,710%
79 Proveitos e ganhos extraordinários	408.626,05	6,55%	302.369,64	4,94%	106.256,41	+35,14%
TOTAIS	6.239.327,30	100,00%	6.119.611,27	100,00%	119.716,03	+1,96%

Na globalidade, registou-se um aumento de proveitos em mais de 119 mil euros motivado, essencialmente pela rúbrica transferências e subsídios obtidos, da qual este Município depende, dado que no ano de 2017 representou cerca de 58% do total dos proveitos.

Seguindo-se a rúbrica de Impostos e Taxas, com cerca de 23% desta estrutura.

III – INDICADORES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Os indicadores de natureza orçamental apresentam uma visão global da receita e da despesa, estabelecendo relações de grandeza entre ambas. De seguida, apresenta-se a sua evolução nos últimos 4 anos.

Autonomia Financeira:

	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015	Ano de 2014
Fundos Próprios e Passivo	815,64%	982,75%	926,09%	820,17%
Passivo Total				

	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015	Ano de 2014
Fundos Próprios	61,10%	63,09%	62,62%	62,02%
Ativo Líquido				

Liquidez Geral:

	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015	Ano de 2014
Activo Circulante	16,89%	20,98%	13,24%	8,28%
Passivo Circulante				

Solvabilidade:

	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015	Ano de 2014
Fundos Próprios				
Passivo Total	157,05%	170,94%	167,51%	163,30%

Capacidade do Endividamento:

	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015	Ano de 2014
Fundos Próprios				
Capitais permanentes	92,89%	92,40%	92,56%	91,98%

Estrutura do Endividamento:

	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015	Ano de 2014
Dívidas a terceiros de curto prazo				
Fundos Próprios e Passivo	7,58%	4,98%	5,76%	6,78%

Grau de Dependência:

	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015	Ano de 2014
Empréstimo de Curto, Médio e Longo Prazo				
Activo Líquido Total	4,68%	5,19%	5,04%	5,41%

Rácios Orçamentais:

	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015	Ano de 2014
Receita Total				
Despesa Total	100,87%	100,16%	99,78%	99,49%

	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015	Ano de 2014
Receitas Correntes				
Despesas Correntes	106,25%	102,41%	110,12%	115,82%

	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015	Ano de 2014
Receitas de Capital				
Despesas de Capital	80,46%	88,55%	71,04%	56,16%

	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015	Ano de 2014
Despesa com o Pessoal				
Despesa Total	32,82%	33,14%	31,60%	37,10%

As demonstrações apresentadas dão conta que o Município da Golegã possui uma razoável estabilidade financeira, conforme indicadores patrimoniais com base no respetivo balanço.

Também a nível orçamental os rácios indicam uma razoável estabilidade, verificando-se que parte das receitas correntes serviu para financiar despesas de capital o que consideramos um bom registo.

Apesar da conjuntura económica e social, tem havido lucidez no sentido de adaptar e reescalonar a realização de custos, de acordo com as limitações das disponibilidades do Município.

Por outro lado, algumas alterações legislativas têm contribuído para que os assuntos financeiros sejam tratados com transparência e extremo rigor, ajudando na melhoria dos resultados e na sua transparência.

IV - EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS, DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

O art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estipula o limite da dívida total, prevendo que a dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades previstas no art.º 54.º (entidades relevantes para o apuramento da dívida), não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

No Município da Golegã, o limite da dívida de operações orçamentais em 2017, era o seguinte:

Ano 2017	Receita corrente líquida cobrada
2016	5.549.605
2015	5.479.131
2014	4.946.531
Total	15.975.267
Média da receita	5.325.089
Limite dívida operações orçamentais	7.987.633,50

De acordo com o n.º 2 do referido artigo, *“A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os*

contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.”

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

O limite da dívida total de operações orçamentais do Município da Golegã, para o período em análise, era o seguinte:

Data de Referência	Valor
A 31/12/2014	3.842.725,84
A 31/12/2015	3.414.250,87
A 31/12/2016	3.193.258,69
A 31/12/2017	3.489.555,00
Redução da Dívida a 31/12/2017	-353.170,84

Tendo-se verificado uma redução global da dívida, em cerca de -353.170,84 euros (-9,19%), como se pode ver na tabela anterior.

Na tabela a seguir apresentada, é mencionado alguns indicadores e limite de endividamento do Município da Golegã.

Designação de indicadores	Valores
- Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente)	2.585.979,00 €
- Fundo Social Municipal (corrente)	101.667,00 €
- Participação Variável no IRS (corrente)	173.847,00 €
- Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital)	287.331,00 €
- Despesas de Investimento do ano anterior (2016)	424.316,28 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2016	5.549.605,00 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2015	5.479.131,00 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2014	4.946.531,39 €
- Média da receita corrente líquida	5.325.089,13 €
- Limite dívida total 2017 (art.º 52.º da Lei n.º 73/2013)	7.987.633,51 €
- Dívida total do Município excluindo Não Orçamentais e FAM	3.622.017,00 €
- Margem disponível	4.365.616,00 €
- Utilização da margem disponível - Indicação da DGAL (Anexo)	873.123,00 €
- Percentagem utilizada pelo Município	45,35%
- Percentagem total disponível	54,65%
- Percentagem disponível - Indicação da DGAL	10,93%

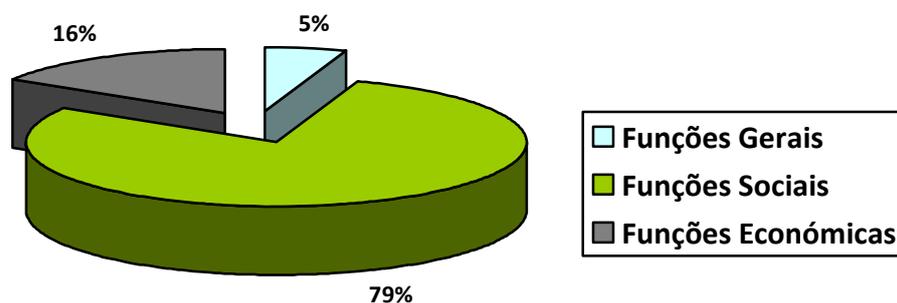
V – CONTABILIDADE DE CUSTOS

Dando cumprimento ao disposto no nº. 2.8.3. do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, são obrigatórios os custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços.

Por forma a melhorar a utilização dos recursos do Município, em prol da comunidade, a gestão autárquica deve efetuar uma análise dos custos do Município, de modo a obter informação que permita dar apoio à tomada de decisões pelo Executivo, no que diz respeito às diversas funções.

A sua divisão por funções é feita da seguinte forma:

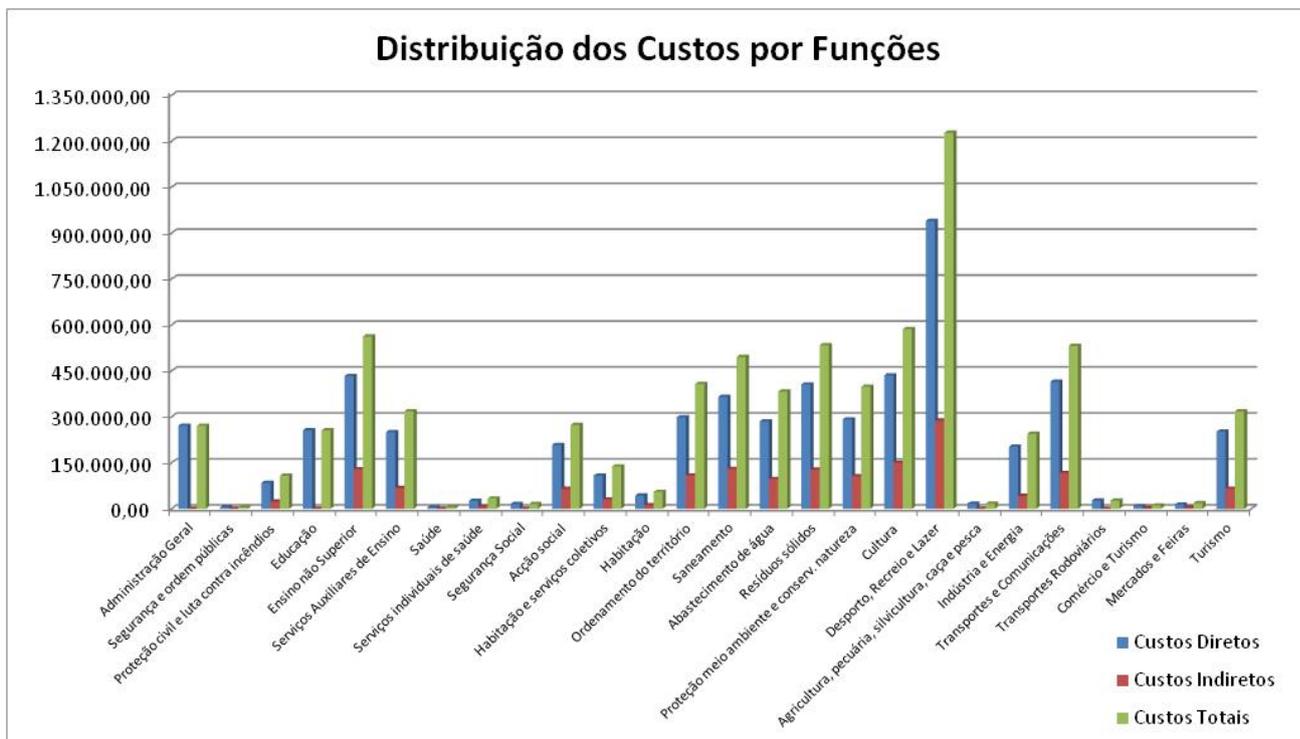
Em Euros	
DESIGNAÇÃO	CUSTOS
Funções Gerais	384.692,65
Funções Sociais	5.692.670,48
Funções Económicas	1.168.074,25
Outras Funções	0,00
Total das Funções	7.245.437,38



Os custos apurados dentro de cada função desagregam-se da seguinte forma:

Em Euros

Designação	Custos Diretos	Custos Indiretos	Custos Totais	%
Classificação Funcional	5.667.448,19	1.577.989,19	7.245.437,38	100%
Funções Gerais	360.817,18	23.875,47	384.692,65	5,31%
Serviços gerais de administração pública	0,00	0,00	0,00	0,00%
Administração Geral	271.268,09	0,52	271.268,61	3,74%
Segurança e ordem públicas	5.170,74	0,00	5.170,74	0,07%
Proteção civil e luta contra incêndios	84.378,35	23.874,95	108.253,30	1,49%
Funções Sociais	4.370.671,16	1.321.999,32	5.692.670,48	78,57%
Educação	256.155,79	0,00	256.155,79	3,54%
Ensino não Superior	433.597,20	129.293,97	562.891,17	7,77%
Serviços Auxiliares de Ensino	250.278,97	68.008,16	318.287,13	4,39%
Saúde	5.012,13	0,00	5.012,13	0,07%
Serviços individuais de saúde	26.551,97	7.148,00	33.699,97	0,47%
Segurança Social	15.552,09	0,00	15.552,09	0,21%
Acção social	208.539,77	65.219,18	273.758,95	3,78%
Habituação e serviços coletivos	108.081,67	30.585,24	138.666,91	1,91%
Habituação	43.397,16	11.814,58	55.211,74	0,76%
Ordenamento do território	298.775,27	108.811,09	407.586,36	5,63%
Saneamento	365.444,69	130.342,17	495.786,86	6,84%
Abastecimento de água	285.531,27	97.202,32	382.733,59	5,28%
Resíduos sólidos	406.064,20	128.041,16	534.105,36	7,37%
Proteção meio ambiente e conserv. natureza	291.904,24	106.596,28	398.500,52	5,50%
Cultura	435.750,89	150.985,29	586.736,18	8,10%
Desporto, Recreio e Lazer	940.033,85	287.951,88	1.227.985,73	16,95%
Funções Económicas	935.959,85	232.114,40	1.168.074,25	16,12%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	16.588,31	0,00	16.588,31	0,23%
Indústria e Energia	202.741,38	42.457,27	245.198,65	3,38%
Transportes e Comunicações	414.683,64	117.215,13	531.898,77	7,34%
Transportes Rodoviários	26.772,86	0,00	26.772,86	0,37%
Comércio e Turismo	8.774,30	2.316,62	11.090,92	0,15%
Mercados e Feiras	14.372,28	4.325,28	18.697,56	0,26%
Turismo	252.027,08	65.800,10	317.827,18	4,39%
Outras Funções	0,00	0,00	0,00	0,00%
Diversas não especificadas	0,00	0,00	0,00	0,00%



Os custos mais relevantes encontram-se nas funções abaixo, sendo que os mais elevados são referentes a despesas com pessoal, prestações de serviços, consumo de eletricidade, manutenção de instalações e amortizações

Ensino não superior — Compreende os custos com estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário.

Ordenamento do território — Custos com a reabilitação urbana e rural.

Saneamento — Inclui todo o sistema municipal de drenagem de águas residuais.

Abastecimento de água — Diz respeito a todo o sistema de distribuição da água, designadamente a captação, armazenamento e qualidade.

Resíduos sólidos — Compreende a recolha, tratamento, eliminação ou reciclagem de resíduos sólidos.

Cultura — Compreende os museus, bibliotecas, cine-teatro, bem como a organização ou apoio de atos culturais. Abrange, também, os subsídios a associações promotoras de cultura.

Desporto, recreio e lazer — Compreende o fomento, promoção e apoio à prática e difusão do desporto, da ocupação de tempos livres, do recreio e do lazer. Abrange, nomeadamente a construção, recuperação e conservação de infra-estruturas desportivas. Engloba ainda os apoios a associações de carácter desportivo.

Transportes e comunicações — Abrange os custos com a rede viária e com comunicações.

Turismo — Compreende o apoio à atividade turística, designadamente às comissões municipais de turismo e comissões regionais de turismo.

VI - Prazo Médio de Pagamentos:

A fórmula de cálculo do Prazo Médio de Pagamentos – PMP, consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril, no Diário da Republica n.º 71, 2ª série Parte C.

De acordo com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso que se iniciou em 2012, veio regular esta matéria de modo direto ao implementar rotinas de monitorização e, também mecanismos de penalização para as entidades com pagamentos em atraso e/ou com agravamento deste stock na vigência da Lei.

Adicionalmente a Lei n.º 83-C/2013 – Orçamento de Estado de 2014, inscreveu objetivos de redução do endividamento das entidades incluídas no subsector da administração local, por ligação aos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).

	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2017
Prazo Médio de Pagamento	111	182	136	159
PMP Superior a 90 dias				

É importante referir que, o prazo médio de pagamentos acima dos 90 dias não tem interferido nas relações com os fornecedores.

É de salientar, o esforço do Município da Golegã na redução da dívida em atraso aos fornecedores.

VII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:

Após análise do Balanço e Demonstração de Resultados, em conformidade com o Decreto-Lei n.º. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que se encontram apensos ao presente

documento e, de acordo com o determinado no ponto 2.7.3 do mesmo diploma legal, o Executivo propõe que:

- 1- O Resultado líquido positivo do Exercício de 2017 de **23.294.67 Euros**, seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados (POCAL – 2.7.3.2.);
- 2- Posteriormente, se constituam reservas legais no montante de 1.164,73 Euros equivalente a 5% do Resultado Líquido do Exercício (POCAL 2.7.3.5.);
- 3- Não se efetua qualquer reforço do património previsto no ponto 2.7.3.4. do POCAL, em virtude deste corresponder a mais de 20% do ativo líquido. No final do ano de 2017 correspondia a 58,75%.

VIII – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:

Neste ano de 2017 e, após o encerramento do exercício de 2016, verificou-se a necessidade do Município da Golegã recorrer a um empréstimo de curto prazo até ao valor de 350.000 Euros, para fazer face aos pagamentos a fornecedores de conta corrente.

É de realçar que o atual Executivo Municipal por ter tomado posse em 12 de outubro de 2017 apresenta toda a documentação, apesar de só ser responsável por dois meses e meio do ano a que a mesma respeita.

Golegã, 9 de abril de 2018.

O Presidente da Câmara,



(José Veiga Maltez, Dr.)

MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

Documentos de Prestação de Contas
Ano de 2017

DOCUMENTOS ANEXOS

AO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Ficha do Município

GOLEGÃ

4.º Trimestre de 2017

A. Dados entidade:

Área (Km2) 84.32 População (hab.) 5576 Eleitores (n.º) 4768
Pessoal ao serviço (n.º) 114 (4.º Trimestre de 2017)

B. Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2014	Receita Corrente Líquida 2015	Receita Corrente Líquida 2016	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.946.531	5.479.131	5.549.605	15.975.267	5.325.089

C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2017 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total 7.987.633,51

D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital excecionado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
7.987.634	01/01/2017						
	3.193.259	56.618	3.249.877	3.023.230		4.964.404	992.881
	31/12/2017						
	3.489.555	320.609	3.810.164	3.622.017		4.365.616	873.123
Variação da Dívida %							19,81%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							394.093

E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2017)

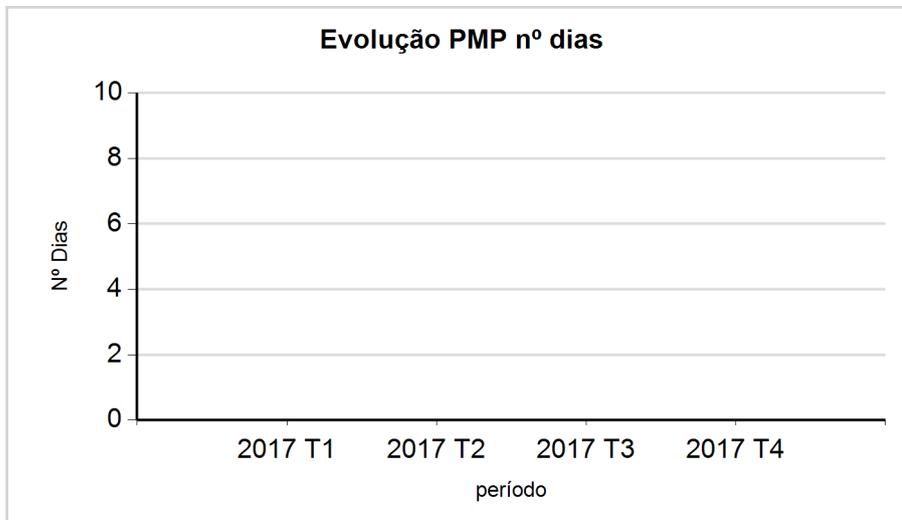
1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 6.129.525 PMP 159 dias
2. Aquisição acumuladas 3.519.043
3. Último PMP publicado 136 dias (31/12/2016)

PMP superior a 90 dias

Ficha do Município

GOLEGÃ

4.º Trimestre de 2017



F. Indicadores de base para determinar situação de Saneamento ou Recuperação Financeira:

Média da receita corrente líquida (últimos três anos)	<u>5.325.089</u>	Grau de execução da receita ano n-1 (%)	<u>86,76%</u>
Dívida total excluindo não orçamentais, capital excecionado e FAM (31-12-2016) <small>(período corrente)</small>	<u>3.023.230</u>	Grau de execução da receita ano n-2 (%)	<u>82,75%</u>
Dívida total excluindo empréstimos (31-12-2016) <small>(período corrente)</small>	<u>1.556.286</u>		

-Saneamento Financeiro-

Condições de adesão facultativa

Condições de adesão obrigatória

(facultativas para adesão ao mecanismo de recuperação financeira)

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total > 2,25 * média das receitas correntes dos últimos três anos e menor ou igual a 3 * a média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total, excluindo empréstimos > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos

Recuperação Financeira

Dívida total > 3* média das receitas correntes dos últimos três anos

Nota: Esta informação é meramente informativa uma vez que a aferição da situação de saneamento financeiro ou de ruptura financeira é efectuada com base nos dados da conta de gerência/prestação de contas.

G. Indicadores de Alerta Precoce:

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos

Taxa de execução da receita ano n-1 e n-2 < 85%

H. Resumo das Receitas e das Despesas (ano n-1):

(em euros)

Ficha do Município

GOLEGÃ

4.º Trimestre de 2017

Receitas					Despesas			Saldo Orçamental para a gerência seguinte
Correntes	Capital	Saldo Orçamental da gerência anterior	Reposições não abatidas	Total	Correntes	Capital	Total	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
5.549.605	933.396	16.847	4.001	6.503.850	5.418.863	1.054.048	6.472.911	30.939

I. Despesa com pessoal (período homólogo):

1. Ano n-1	2.160.673	Variação	Valor (2 - 1)	22.119
2. Ano n	2.182.792		% (2-1)/1	1,02%

J. Pessoal ao serviço (período homólogo):

1. Ano n-1	105	Variação	Valor (2 - 1)	9
2. Ano n	114		% (2-1)/1	8,57%

L: Cumprimento dos deveres de informação:

Sim (com alguns mapas entregues depois da data limite)